



MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS VERBOS E O PB  
(MODIFICATIONS OF THE ARGUMENTATIVE STRUCTURE OF VERBS AND  
THE PB)

Thaís Raposo do Amaral Pinto CHAVES (PG - USP)

*ABSTRACT: This paper presents some initial motivation for a study of the processes involved in the modification of the argumental structure of predicates in Brazilian Portuguese, and the insertion of these modified verbs in the syntax of this language, viewed as a discourse-oriented language.*

**KEYWORDS:** *argument structure; lexicon; syntax; discourse-oriented languages; Generative Grammar*

## 1. Introdução

A intenção deste artigo é apresentar motivações para um estudo mais extenso de certas construções particulares do português do Brasil, que envolvem alterações da estrutura argumental de verbos.

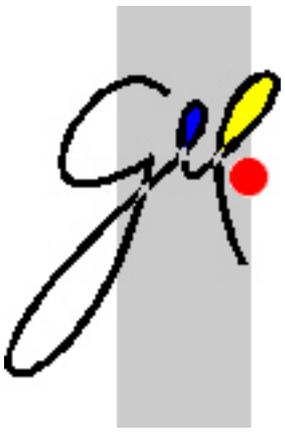
O português do Brasil tem vários processos muito produtivos de alteração de estruturas argumentais, o que por si só já torna o seu estudo importante (cf., por exemplo, Pires (1996), Rodrigues (1998), Chaves (1999), Souza (2000)). Existe também uma classe de construções, aparentemente específicas dessa língua, que ainda não foram estudadas na literatura sobre o português do Brasil, e que são dados novos e relevantes para a comparação com outras línguas e para testar hipóteses relativas às características universais das línguas. Os dados que constituem o centro desta pesquisa são sentenças como (1):

- (1) Esse banheiro escorrega.

Nessa sentença, o NP realizado não corresponde ao argumento previsto pelo verbo em sua entrada lexical. Embora essa característica não seja exclusiva dessa construção, nesta sentença a distância entre as exigências argumentais do verbo e os componentes presentes na sintaxe parece alcançar um extremo, afastando-se das muitas outras construções que envolvem processos de alteração da estrutura argumental. O estudo dessas construções, por sua vez, é intimamente ligado à estrutura sentencial das línguas. Assim, o estudo de sentenças como (1) envolve questões relativas à estrutura do léxico, à sintaxe, e à relação entre a sintaxe e o léxico na teoria utilizada.

## 2. A subcategorização de argumentos e o Princípio de Projeção

Através das diversas formulações teóricas que compõem o quadro da Teoria da Regência e Ligação (*Government and Binding Theory*, doravante GB), foi mantida uma



certa estruturação do léxico, assim como regras que determinavam como essa estrutura era recuperada na sintaxe. Essas noções são implementadas, respectivamente, pelas propriedades de seleção dos itens lexicais, ou subcategorização, e pelo Princípio de Projeção. Em Chomsky (1986:86), por exemplo, *the lexicon presents, for each lexical item, its (abstract) phonological form and whatever semantic properties are associated with it. Among these will be the “selectional properties” of heads of constructions: nouns, verbs, adjectives, and particles (...). Let us call these properties “semantic selection” (s-selection)*. O Princípio de Projeção, por sua vez, é apresentado como uma maneira de simplificar o sistema da gramática, evitando a redundância entre informações fornecidas pelo léxico e regras sintáticas: *“In general the phrase structure rules expressing head-complement structure can be eliminated (...) by recourse to a projection principle, which requires that lexical properties be represented by categorial structure in syntactic representations”* (p.82).

Essas duas noções têm sua formulação exata constantemente reformulada, de maneira a fazer com que o sistema proposto pela teoria seja o mais consistente possível. Alguns dos dados empíricos que exigem essas reformulações são justamente os processos que modificam a estrutura argumental prevista em uma entrada lexical.

### 3. Modificações das propriedades de subcategorização

A partir da entrada lexical de um verbo como *beijar*, e através do Princípio de Projeção, a formação de uma sentença transitiva se dá de forma direta, de acordo com os princípios gerais da teoria. Assim, em uma sentença como (2a), as propriedades de seleção do verbo estão satisfeitas, e também o Princípio de Projeção. Mas, em uma sentença passiva como (2b), aparentemente nem todos os argumentos exigidos pelo verbo estão realizados na sintaxe, já que o verbo *beijar* exige um argumento agente e um argumento paciente:

- (2) a. O João beijou a Maria.
- b. A Maria foi beijada.

Poderíamos pensar que sentenças passivas como (2b) não obedecem ao Princípio de Projeção, já que não há uma categoria visível que expresse o agente. Para dar conta das sentenças passivas, muitas propostas foram feitas, sempre procurando derivar suas propriedades de princípios teóricos gerais. Em geral, as sentenças passivas podem ser explicadas pela afirmação de que a posição de sujeito é detematizada; em seguida, princípios independentes da gramática determinam a forma final da estrutura. Na análise de Baker, Johnson & Roberts (1989), uma das mais aceitas no quadro teórico da teoria gerativa, a detematização do sujeito se dá porque o morfema de passiva recebe o papel temático do sujeito, e absorve o caso acusativo. Dessa forma, os autores explicam como esse papel temático pode continuar “presente” na estrutura, e não há portanto uma violação do Princípio de Projeção.

As construções passivas são um caso que pode ser explicado, nas mesmas linhas mostradas acima, tanto através de mecanismos sintáticos, quanto através de mecanismos lexicais. Assim, o mecanismo responsável pela detematização do sujeito pode ser um mecanismo lexical, que modifica as propriedades do verbo, de forma que



são as “novas” propriedades, então, que devem ser satisfeitas pelo Princípio de Projeção; ou, por outro lado, pode tratar-se de um mecanismo sintático, em que as propriedades lexicais de um verbo, como *beijar* em (2), são as mesmas tanto na forma ativa quanto na passiva, e a detematização do sujeito e a absorção do caso acusativo são causadas por mecanismos sintáticos.

Outras construções também podem ter análises diferentes, conforme os mecanismos responsáveis por sua formação se localizem no léxico ou na sintaxe: é o caso de verbos como *afundar*, por exemplo, que permitem uma construção transitiva e também uma construção ergativa. A análise de sentenças formadas a partir de um verbo desse tipo vai levantar questões semelhantes às presentes na análise das passivas.

Os processos de modificação representam um tópico relevante para estudo em uma teoria formal, pois fornecem evidências para a escolha do formato que deve ser atribuído aos módulos do léxico e da sintaxe na teoria. Embora este tópico esteja sempre presente na discussão da arquitetura do modelo de gramática, ele readquire importância nos momentos em que a reformulação de teorias afeta drasticamente o modelo, como vem acontecendo desde a proposta do Programa Minimalista para a teoria gerativa.

#### 4. Um caso específico de mudança da estrutura argumental: a sentença (1)

O verbo *escorregar*, na sentença (1), é um verbo intransitivo; sua entrada lexical deve prever a existência de um argumento, provavelmente do tipo de experienciador. Mas, observando a sentença (1), vemos que o sujeito da sentença não é o argumento exigido pelo verbo; este, por sua vez, não está realizado na sentença. Ao mesmo tempo, o constituinte que ocorre na posição de sujeito não é previsto pelas propriedades de subcategorização do verbo.

Como explicar a gramaticalidade da sentença (1)? Parece plausível que se trate de um processo que altera as propriedades de subcategorização do verbo. Mas, para verificar se é este o caso, precisaremos comparar as propriedades de sentenças como (1) às propriedades de sentenças em que se reconhece que houve alguma alteração da estrutura argumental do verbo.

Um processo de modificação da estrutura argumental de um verbo bastante estudado na literatura é o que se observa em sentenças formadas a partir de um verbo como *afundar*, mencionado acima:

- (3) a. O inimigo afundou o barco.  
b. O barco afundou.

Nas sentenças em (3), o verbo *afundar* ocorre em duas configurações sintáticas diferentes. A relação entre as sentenças (3a)-(3b), assim como a relação entre a sentença (2a) e sua correspondente passiva em (2b), pode ser analisada de duas formas: na primeira, temos sentenças formadas a partir de itens lexicais diferentes; na segunda, temos um processo em que um argumento do verbo é “apagado”. A primeira opção apresenta uma série de problemas, cuja discussão ultrapassa os limites deste texto<sup>1</sup>. A segunda nos permitiria derivar as sentenças em (3) a partir de uma única entrada lexical

<sup>1</sup> Mas veja, por exemplo, Pustejovsky (1995) e Viotti (1999).



para o verbo *afundar*. Para tanto, precisaremos fazer uso de mecanismos específicos, cuja formulação exata, por sua vez, também depende do modelo de gramática adotado.

Duas possibilidades de formulação para esse mecanismo podem ser encontradas em Hale & Keyser (1993) e em Pustejovsky (1995), partindo de diferentes propostas para a estruturação do léxico, e também da teoria geral da gramática<sup>2</sup>. A escolha por um ou outro modelo, então, depende não apenas da escolha do modelo teórico, mas também de novos dados que possam trazer à tona pontos fortes e fracos de cada uma das teorias.

Se voltamos à sentença em (1) e procuramos analisá-la segundo essas propostas, vemos que elas não se equivalem. Comparemos (1), repetida abaixo como (4), com uma sentença formada a partir do verbo *escorregar*, mas na qual o sujeito previsto por sua estrutura argumental está presente (5).

- (4) Esse banheiro escorrega.
- (5) O menino escorregou<sup>3</sup>.
- (5)' O menino escorregou no banheiro.

Vemos, inicialmente, que o NP sujeito de (5), *o menino*, não é realizado em (4). Na teoria de Hale & Keyser (1993), isso poderia ser explicado porque o argumento externo não faz parte da representação lexical do verbo, mas é determinado em uma relação de predicação com todo o VP; sua realização em (4), então, seria determinada por princípios sintáticos e não lexicais. No modelo de Pustejovsky (1995), a ausência do argumento externo seria derivada através de um mecanismo de apagamento.

Mas a simples ausência do argumento externo não é suficiente para caracterizar a sentença em (4). Nela, o NP *esse banheiro* parece ocupar a posição de sujeito. Esse NP, entretanto, não faz parte da entrada lexical do verbo na teoria GB, nem na teoria de Hale & Keyser, em que ele deve ser considerado um adjunto. Já para Pustejovsky, a estrutura argumental dos itens lexicais é mais rica do que na maioria das teorias sobre o léxico, e apresenta uma distinção entre tipos de argumentos; assim, poderíamos afirmar que o NP *esse banheiro* está previsto na estrutura argumental do verbo, e que a diferença entre ele e o NP *o menino* é uma diferença de tipo<sup>4</sup>. Entretanto, essa distinção não é suficiente para explicar a sentença (4), já que ainda é necessário determinar a estrutura de evento associada ao verbo *escorregar*, e as condições que permitiram uma transformação do NP *esse banheiro* em sujeito; os dois fenômenos - o apagamento do sujeito e a transformação do NP - devem estar relacionados entre si, e ambos, conjuntamente, à estrutura do evento. Se for possível determinar essa estrutura

<sup>2</sup> Para uma discussão mais extensa, remeto o leitor a Souza (2000) e Chaves (1999).

<sup>3</sup> O tempo verbal foi modificado para deixar a sentença mais natural. Embora a interpretação genérica da sentença em (4) possa ter influência sobre o fenômeno considerado, ela certamente não é o único fator envolvido, como podemos ver em:

(i) \*Essa biblioteca espirra,  
em que a genericidade não é suficiente para permitir uma sentença paralela a (4).

<sup>4</sup> Pustejovsky (1995) distingue *true arguments*, os argumentos que necessariamente são expressos na sintaxe, de outros tipos de argumento, que só são realizados em condições especiais: os *default arguments* e os *shadow arguments*.



de evento, esse será um argumento a favor da teoria de Pustejovsky.

## 5. A interação com a sintaxe

Como vimos na seção anterior, o próprio formato dado ao léxico pela teoria de Hale & Keyser nos leva a interpretar o fenômeno envolvido na formação da sentença (1) como um fenômeno sintático. A teoria de Pustejovsky, por outro lado, fornece alguns elementos que talvez permitam que o fenômeno seja explicado como um fenômeno estritamente lexical. Entretanto, para explicar as propriedades do PB, ou das línguas naturais em geral, temos que explicar como essas propriedades lexicais são “transferidas” para a sintaxe das sentenças, e o modelo de Pustejovsky não fornece ainda esses mecanismos sintáticos, o que exige um desenvolvimento da teoria.

Podemos notar, então, que a própria estrutura da entrada lexical não pode ser determinada sem levarmos em consideração o formato dado à sintaxe no modelo de gramática escolhido; além disso, não podemos perder de vista a hipótese de que talvez seja a sintaxe da língua a principal responsável pela gramaticalidade da sentença (1).

Na seção anterior, baseamo-nos na hipótese de que o sintagma *esse banheiro* da sentença (1) ocupa a posição de sujeito da sentença. Se, ao contrário, assumimos que não é essa a posição em que ele se encontra, os problemas que a sentença (1) levanta para a teoria são de outra natureza. Devemos, naturalmente, determinar a posição que esse sintagma ocupa, e ainda explicar a não-realização do sujeito; para isso, é necessário que se conheçam as propriedades da sentença no PB.

A posição de sujeito estrutural do PB tem sido extensamente estudada, por apresentar um comportamento diferente do previsto pela Teoria Gerativa (TG), tanto a GB quanto as reformulações mais recentes. O PB não se encaixa adequadamente na tipologia que divide as línguas entre línguas *pro-drop* e *não-pro-drop*, e isso se reflete especialmente nas propriedades do sujeito da sentença. Muitos lingüistas têm defendido que o PB é uma língua orientada para o discurso (cf. Huang (1982)), e que isso pode explicar as propriedades específicas das sentenças dessa língua. Se esta hipótese estiver correta, então as propostas de explicação de sentenças como (2) e (3) devem ser reformuladas para se adaptarem a essa outra formulação das características sintáticas da língua.

No caso específico de (1), temos que determinar a posição do sintagma *esse banheiro*. Se ele realmente não ocupa a posição de sujeito, qual é a posição que ele ocupa? É possível que seja a posição de tópico, cujo estudo tem tido grande importância na literatura sobre o PB. Nesse caso, ainda precisamos determinar o que ocorre com a posição de sujeito da sentença.

De acordo com Negrão (1999), como o PB é uma língua orientada para o discurso, a relação de predicação básica para essa língua é a que se estabelece entre o tópico e o restante da sentença, diferentemente das línguas orientadas para a sentença, em que a relação básica envolve o elemento que ocupa o especificador de IP (ou TP). Dessa forma, o elemento que ocupa a posição aparente do sujeito não precisa necessariamente ser o mesmo que recebe o Caso nominativo. Se esta análise estiver na direção correta, o fato de o PB permitir sentenças como (1) é extremamente relevante para o estudo das línguas em geral, já que, em PB, não-argumentos podem ocupar a posição de sujeito. Isso só pode ocorrer, por sua vez, se o sujeito não for selecionado



pelo verbo, seja por uma característica lexical, seja por um processo de detematização.

## 6. Conclusão

Apresentei acima alguns motivos que justificam um estudo mais aprofundado de sentenças como (1), e de processos de modificação da estrutura argumental dos verbos em geral. Procurei mostrar que esse estudo é relevante tanto para o conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil quanto para o avanço da teoria lingüística em geral, já que pode trazer evidências para o estudo dos limites entre o léxico e a sintaxe em uma teoria formal, além de esclarecer características das línguas orientadas par o discurso.

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar alguns motivos iniciais para um estudo de processos que modificam a estrutura argumental dos verbos no português do Brasil, observando a relação entre esses processos e a inserção desses verbos modificados na sintaxe dessa língua, entendida como uma língua orientada para o discurso.

PALAVRAS-CHAVE: estrutura argumental; léxico; sintaxe; línguas orientadas para o discurso; Gramática Gerativa

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, M, JOHNSON, K. & ROBERTS, I. Passive arguments raised. *Linguistic Inquiry* 17, 1989.
- CHAVES, T. *Construções Participiais do Português do Brasil*. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1999.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: its nature, origin, and use*. Londres: Praeger, 1986.
- HALE, K. & KEYSER, S. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. in: Hale, K. & S. Keyser (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1993.
- HUANG, C.J. *Logical Relations in Chinese and the Theory of Grammar*. MIT, tese de doutorado, 1982.
- NEGRÃO, E.V. *O Português Brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Universidade de São Paulo, tese de livre-docência, 1999.
- PIRES, A. *As formas V-DO em Português do Brasil: características sintáticas e semânticas*. Universidade de Brasília, dissertação de mestrado, 1996.
- PUSTEJOVSKY, J. *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.
- RODRIGUES, C. *Aspectos Sintáticos e Semânticos das Estruturas Médias no Português do Brasil: um estudo comparativo*. Universidade de Brasília, dissertação de mestrado, 1998.
- SOUZA, P. *A Alternância Causativa no Português do Brasil: defaults num léxico gerativo*. Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 2000.
- VIOTTI, E. *A Sintaxe das Sentenças Existenciais do Português do Brasil*. Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 1999.